

CONGRESSO

Despesas com terceirização quase dobraram

Para conter número de servidores efetivos, Câmara e Senado gastaram US\$ 34,8 milhões com mão-de-obra temporária em 1993, valor que deve passar para US\$ 63,8 milhões este ano

KÁSSIA CALDEIRA

BRASÍLIA — Os gastos do Congresso com a contratação de mão-de-obra temporária junto a empresas prestadoras de serviços vêm aumentando a cada ano e praticamente dobraram desde o ano passado. Segundo dados do Serviço Integrado de Administração Financeira (Siafi) do Congresso, enquanto em 1993 as despesas da Câmara e do Senado com pessoal terceirizado chegaram a US\$ 34,8 milhões, o Legislativo prevê para este ano um gasto de US\$ 63,8 milhões.

A necessidade de contratar mais pessoal externo existe e se deve ao fato de que a quantidade de servidores aposentados no Legislativo vem crescendo a tal ponto que, em dois anos, o Senado terá um número de funcionários aposentados equivalente ao de ativos. Mas, na avaliação de parlamentares das duas Casas, a tentativa de solucionar o problema com a contenção da folha de servidores efetivos criou

outro mais grave: a formação de uma máfia de empresas fornecedoras de mão-de-obra que estaria atuando no Congresso.

De acordo com o senador Dirceu Carneiro (PSDB-SC), ex-primeiro secretário do Senado, um cartel de empresários tem subornado funcionários públicos, a fim de ganhar as concorrências para contratação de pessoal no Congresso. "Além disso, estes empresários ficam com mais de quatro vezes o valor que pagam à maioria dos empregados", acrescenta.

Em março do ano passado, Carneiro chegou a acusar o deputado Carlos Benevides (PMDB-CE), filho do ex-presidente do Senado Mauro Benevides, de comandar uma quadrilha que agiria nas licitações e contratações de firmas pelo Senado, lesando a Casa. Benevides acabou cassado pela CPI do Orçamento, mas por desvio de verbas federais para redutos elei-

torais no Ceará, além de ter incluído emendas no Orçamento-Geral da União de 1992 depois de sua aprovação em plenário.

O deputado Chico Vigilante (PT-DF) reforça as acusações de Carneiro. "As concorrências para contratações de mão-de-obra são fajutas, combinadas e fonte de corrupção", afirma. Ele diz que o dinheiro usado para pagar os empresários só chega inteiro ao funcionário temporário caso o trabalhador seja afilhado de um poderoso parlamentar. Do contrário, os donos das empresas de prestação de serviços ficam com a maior parte de seus ganhos. "É uma situação em que os trabalhadores são, na maioria, miseráveis, e os empresários, milionários."

Chico Vigilante tem documentos comprovando o uso irregular que os empresários fazem dos contratos de terceirização assinados com a Câmara e o Senado. "A Selen Serviços Técnicos mudou o nome para Rio Forte Serviços Técnicos, Empresa Paulista e Blue Star, não pagava à

Previdência Social, não recolhia o FGTS, mas continuou participando de licitações e prestando serviços para o governo e para o Legislativo, até se declarar falida no final de 1993", revela o deputado. "Até hoje cerca de 1.500 trabalhadores, entre vigilantes e pessoal de limpeza, estão sem receber."

Outro caso que Vigilante acompanha envolve cerca de 300 trabalhadores. "A Clenmaster prestava serviços de jardinagem, portaria e limpeza", conta o parlamentar. "O dono da empresa deu uma de falido e os seus empregados até hoje não receberam, enquanto ele vive numa mansão em Brasília."

Chico Vigilante acha a terceirização importante para o Legislativo e o governo, mas não da forma como é feita. Ele quer a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os casos no Legislativo, no Executivo e até no Judiciário.

VIGILANTE:
LICITAÇÕES
"SÃO FAJUTAS E
COMBINADAS"